ABRE ASPAS: RAUL JUNGMANN

POR BETH FERNANDES

A agricultura familiar, quem diria, é responsável por um terço do valor bruto da produção nacional; um terço da soja e metade do milho e da pecuária leiteira saem de seus estabelecimentos, que abrigam 78% da mão-de-obra do campo e são um forte componente no abastecimento das mesas brasileiras.

Com esses números, o Brasil acabou por descobrir a sua pequena notável, que sobreviveu às políticas de fortes subsídios à agricultura patronal nos anos 70 e 80, ao Mercosul e só agora tem R$4,6 bilhões do Pronaf para a safra 2000.

Raul Jungmann, titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, diz que a descoberta vem em boa hora, mas reconhece o atraso. Para compensar, o governo pensa grande: está preparando a criação de uma certificação de qualidade e a implantação do sistema de rastreamento, para tentar alcançar o mercado internacional, com a ajuda da tecnologia da informação.
O ministério está gestando, junto com o Banco do Brasil, um portal de e-commerce para a agricultura familiar e pretende ter, em 2001, pelo menos mil salas virtuais em todo o país.

Em boa hora

Embora com atraso, a redescoberta oficial da agricultura familiar pretende trazer dias melhores



"Os números do governo indicam que nunca foram assentadas tantas famílias sob a égide do programa de reforma agrária. Esses números são contestados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e pela oposição em geral. É possível chegar a um acordo sobre essas estatísticas?

— A par do fato de que a contestação do MST é política, porque faz oposição radical ao governo, como pode contestar nossos dados se não dispõe de informações sobre quem, quando e onde é assentado, à exceção de sua própria clientela? Na verdade, o movimento passa a impressão de deter os números, mas só conhece o número dos seus filiados. O governo assentou aproximadamente 415 mil famílias nesses quase seis anos de reforma agrária. Até o final do ano o número vai chegar próximo aos 460 mil e até o final deste governo deverá estar na ordem de 650 mil famílias. Essa é a meta e representa cerca de três vezes o que foi feito nos 30 anos anteriores.

Quando o governo assenta um grupo de famílias, quais são as medidas de apoio rotineiramente empreendidas?

— Após receber a terra, que tem um valor de aproximadamente R$8 a R$9 mil, o assentado recebe um crédito de instalação no valor total de R$6,4 mil. São R$2,5 mil para fazer uma casa em regime de mutirão; R$2 mil para fazer toda a parte de infra-estrutura; R$1,4 mil para a compra de alimentos – cesta básica para seis a oito meses; e R$100 para contratar, evidentemente cotizando-se com as demais famílias, um projeto de desenvolvimento para o assentamento. Recebe ainda aproximadamente R$300 para fazer a demarcação da sua parcela. Quando isso tudo acontece, ele entra na Linha A, ou seja, passa a ser atendido pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o que significa a possibilidade de receber um crédito de R$9,5 mil em condições melhores do que as de qualquer linha de crédito oferecida no Brasil, porque não tem correção monetária, os juros são de 1,15% ao ano e o rebate é de 40%.

Freqüentemente surgem acusações de que beneficiados por assentamento vendem os lotes recebidos. Se

o apoio governamental é adequado, quais são as razões da venda dos lotes?

— Em primeiro lugar, a venda é proibida por lei; se alguém vende é por contrato de gaveta. Em segundo, a estimativa de venda é muito menor que essa tese, que é profundamente conservadora. Nós conduzimos um estudo, através da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e verificamos que é falsa a idéia de que quando um lote é vendido, ele fica vazio. Ao contrário: é imediatamente ocupado e a segunda família é geralmente melhor em produtividade que a primeira e, a terceira, melhor do que a segunda.

Não há como impedir legalmente essas vendas?

— O que se pode fazer é denunciar através do telefone 0800-787000, para que possamos tomar as providências penais cabíveis.

A participação da chamada agricultura familiar no total de recursos governamentais para crédito agrícola ainda é minoritária. Mas tem crescido aceleradamente, não?

— Ela foi pequena, hoje é grande, ao se levar em conta o plano de safra da chamada agricultura patronal, que está ao redor de R$12 bilhões. A nossa foi de R$4,6 bilhões. É bom lembrar, também, que até 1995 não existia programa de agricultura familiar no Brasil e que em 1996, quando se efetivou o Pronaf, o valor da safra era de apenas R$300 milhões. A tendência é crescer, porque a agricultura familiar responde por aproximadamente 38% do valor bruto da produção do país e nela estão 4,1 milhões dos produtores rurais brasileiros (78% de toda a mão-de-obra ocupada no campo). A agricultura familiar tem um terço da soja, aproximadamente metade do milho, lidera na produção de mandioca, tem participação de praticamente metade do mercado da pecuária leiteira, 40 a 45% de aves e ovos. Ou seja, representa um forte impacto na mesa de alimentação do brasileiro.

É certo dizer que o Brasil está descobrindo a agricultura familiar e que há uma decisão governamental de concentrar seu apoio em medidas de sustentação?

— O Brasil inteiro está descobrindo isso e por várias razões. Em primeiro lugar, porque se tem a noção exata de que, dos 34 milhões de brasileiros que vivem no campo, aproximadamente 20 milhões estão relacionados, direta ou indiretamente, com a agricultura familiar. Se for considerada a relação nos micro e pequenos municípios do país, ela tem fortíssimo impacto para as populações chamadas urbanas mas que são quase rurais, e que se constituem de cerca de 40 milhões de pessoas. Um segundo aspecto é que a agricultura familiar tem o seu valor ampliado quando se percebe que é possível manter uma ocupação com R$775 do Pronaf, em média. Com isso não se gera emprego nem em favela, portanto a atividade é uma fronteira dinâmica de baixo custo para geração de emprego. O terceiro aspecto, o crítico, é que essa agricultura foi fortemente penalizada nos anos 70 e 80, quando a grande agricultura era largamente subsidiada a juros negativos e, recentemente, já na virada para os anos 90, sofreu o fortíssimo impacto da desregulamentação provocada pelo integração do Mercosul e também da perda do valor relativo de seus produtos. Por isso essa redescoberta vem em boa hora, mas com atraso.



"Se você cria um sistema eficiente, começa a construir a possibilidade de um número crescente de agricultores economicamente muito ativos."

Quais são exatamente o papel estratégico do Pronaf, sua importância no programa governamental de apoio à agricultura e seus instrumentos de ação?

— O Pronaf é o embrião de uma estratégia de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, porque tem um eixo que é o Pronaf Crédito, o custeio e o investimento. Além disso, financia a fundo perdido para 1.018 municípios obras de infra-estrutura demandadas pela agricultura familiar; financia para os estados, a extensão e a pesquisa. Assim, vai se configurando como a melhor estratégia para o desenvolvimento rural sustentável. O Pronaf está abrindo uma nova fronteira de imensa significação, principalmente para os nordestinos, que são metade dos estabelecimentos agrícolas familiares e os mais pobres: com o microcrédito, que este ano disporá de R$100 milhões, vamos poder atender com financiamentos de até R$500 a boa parte dessas famílias.

Quando o sr. fala em pesquisa e extensão, significa maior apoio à transferência de tecnologia?

— É isso, mas nós estamos preparando um grande salto para o Pronaf: a criação de uma certificação de qualidade, uma marca que será internacional. Além disso, estamos montando um sistema de rastreamento que é muito difícil e inédito e, junto com o Banco do Brasil, estamos preparando um portal de *e-commerce*. A nossa expectativa é de que, para o ano, tenhamos pelo menos mil salas virtuais em todo o país para *e-commerce* ligado à agricultura familiar. Se você cria um sistema eficiente de rastreamento, de assistência técnica, de transferência de tecnologia e se apóia na ferramenta da Internet, começa a construir a possibilidade de que um número crescente de agricultores seja economicamente muito ativo.

Então as medidas governamentais de apoio à agricultura familiar vão além da agricultura de subsistência com a venda de excedentes, para buscar integrá-la à economia competitiva?

— Eu acho que a política de agricultura familiar tem duas velocidades. Quando ela se volta para atender à subsistência no Nordeste ela é uma rede de sustentação social para aproximadamente 10 milhões de pessoas; quando se volta para estabelecimentos que estão mais ao Sul (e também a alguns que estão no Nordeste) tem um viés mais econômico. Aqui, vale saudar o fato de que o Pronaf é totalmente desindexado e os juros tornaram-se fixos. Portanto, o cenário sofreu uma mudança radical para melhor no último plano de safra.

Até que ponto os números da agricultura familiar desmentem a crença de que é preciso ter escala para participar da economia de mercado?

— Acho que está na hora de se

enxergar que vale para a agricultura familiar aquela máxima do *small is beautiful*, porque emprega uma imensidade de mão-de-obra; é ambientalmente bem mais sustentável que a agricultura patronal, porque não utiliza na mesma escala os agrotóxicos, não está trabalhando com genéticos ou modificados e tem uma capacidade crescente inclusive para exportação. Isso porque está havendo no mundo uma certa rejeição ao que foi, no passado, muito badalado, a chamada *green revolution*, que tem a ver com a mecanização mas também com os defensivos agrícolas. Hoje está se caminhando para a agricultura orgânica, que pode ser entendida por agricultura familiar, quando boa parte da classe média, aqui e no mundo, está disposta a pagar um prêmio pelos orgânicos. Esse espaço pode ser muito bem utilizado no Brasil, através da rede de supermercados, que responde por cerca de 85% dos hortifrutigranjeiros. E há ainda outros usos a trabalhar, como o artesanato, o turismo rural, pode-se fazer um consórcio com os parques nacionais criando cinturões de turismo ecológico de base familiar. Ou seja, há muito espaço para desenvolver programas.

Estatísticas indicam que o valor produzido em um hectare por propriedades familiares é bem superior ao que é obtido, na mesma área, por propriedades patronais. O que se depreende desses números?

— As pequenas propriedades são mais eficientes na utilização de seus fatores, o que não é de estranhar, porque a grande propriedade hoje, e cada vez mais, precisa de menos terra para produzir mais, enquanto o agricultor familiar tem que usar no limite o fator terra.

Em que consiste o Programa Novo Mundo Rural?

— Esse programa, de certo modo, catalisa todas essas idéias que coloquei aqui. O Brasil passou décadas falando de uma reforma urbana; é chegada a hora de pensar no rural e, sobretudo, explorar suas potencialidades. Nesse sentido, o programa visa articular a agricultura familiar às possibilidades do agronegócio, visa tratar o rural não apenas como o agrícola, mas dentro do contexto de *pluratividade* e, sobretudo, poder explorar as potencialidades sob os aspectos trabalho, qualidade de vida, produtividade e mercado.

E como isso será feito?



"O que a gente quer é repensar o valor do rural no momento em que as distinções para o urbano estão cada vez mais tênues.

— É uma questão de estratégias. Primeiro, a descentralização, um viés que se vem procurando utilizar no Pronaf a partir do princípio de que a agricultura familiar acontece no município e é lá que devem ocorrer as decisões. Em segundo lugar, queremos utilizar os efeitos de sinergia e de coordenação – exemplo disso é o Conselho Coordenador de Desenvolvimento Rural – para integrar todos os esforços governamentais e da sociedade para alavancar as mudanças. O terceiro e último aspecto passa por uma estratégia como o Pronaf, de desenvolvimento local e sustentável, que enfatiza desde o crédito até a infra-estrutura.

O programa faz parte de uma estratégia de governo para, além de evitar o crescimento das grandes cidades, promover a contração populacional desses grandes aglomerados urbanos? O governo federal pensa esse tema?

— Na medida em que você melhora as condições de existência, intervém não apenas no crédito, na saúde, no trabalho, na educação e na previdência, tende a – não gosto da frase fixar o homem ao campo – criar melhores condições para ele ali permanecer. Considerando que as nossas cidades hoje convivem tanto com o desemprego estrutural quanto com a dificuldade de incorporar os estoques antigos que para elas migraram, é intenção do governo melhorar as condições de vida no campo para que as pessoas permaneçam lá. O que a gente quer, também, é repensar o valor do rural, sobretudo no momento em que as distinções para o urbano estão cada vez mais tênues. É preciso ter uma visão estratégica e não enxergar apenas como agrícola, mas também a qualidade de vida, cultura, lazer, ecologia. O fato de o Brasil ter 23% de sua população no campo – não temos o processo de esvaziamento que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos – mostra que é preciso tirar vantagens.

O que é a Bolsa de Parcerias e Arrendamento Rural?

— É um sonho acalentado há bastante tempo. Nunca entendi por que o arrendamento no Brasil não tinha grande participação nos resultados de nossa produção agropecuária. Por que imobilizar capital? Por exemplo, quando fazemos um projeto de reforma agrária, cerca de 25 a 30% dos custos vão para a terra. O programa, na verdade, daria liquidez, consolidaria o acesso à terra com um custo inicial muito mais barato e, se ao final do contrato, as partes tivessem interesse numa relação de compra e venda, poderia financiar a partir do Banco da Terra. O que nós vamos em breve desembrulhar é um projeto que deve mexer tanto nas relações jurídico-normativas quanto no sistema de financiamento, visando a possibilidade de massificar o arrendamento para a agricultura familiar em todo o país.

O senhor acredita que a cultura brasileira seja favorável a esse tipo de relação?

— Eu acho que não, sobretudo porque nos primórdios do programa de reforma agrária foi dito e repetido que os alvos prioritários eram os meeiros arrendatários. Isso fez com que existisse, da parte do patronato rural, uma forte reação ao arrendamento. Mas é possível flexibilizar a legislação e, de outra parte, o preço da terra caiu tanto – 60% em preços médios – do Plano Real para cá, que... por que não? Eu não tenho nenhuma fixação no modelo perfeito de acessar terra para quem precisa produzir. O que se precisa é dinamizar esse mercado, suprir as imperfeições, melhorar o grau de informação.

Em que estágio está esse programa?

— Já fizemos uma avaliação da proposta de decreto, que está com a equipe técnica para uma série de modificações, uma vez que não era atrativa em termos de investimentos, como eu gostaria que fosse. Ainda este mês o texto deverá ser encaminhado para a apreciação e sanção do presidente da República."